

Agroecologia e agricultura familiar sustentável: percursos e estratégias para transição

RESUMO

Gildo Ribeiro Santana

gildoribeiro.pe@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife. Pernambuco. Brasil.

Horasa Maria Lima da Silva Andrade

horasa.andrade@ufape.edu.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife. Pernambuco. Brasil.

Luciano Pires Andrade

lucianopandrade@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife. Pernambuco. Brasil.

Este estudo visa identificar e analisar os percursos e estratégias adotadas pelos trabalhadores camponeses para realizar a transição agroecológica na agricultura familiar. Assim, busca-se aqui compreender, ainda que sinteticamente, a relevância do associativismo cooperativista adotados pelos agricultores familiares enquanto estratégia organizacional para socializar possibilidades da produção de base ecológica sob enfoques nos fundamentos da ciência agroecológica. A transição resultará da compreensão e aceitação desse novo paradigma de desenvolvimento sustentável com ações coletivas fundamentadas em novos valores, princípios e manejos. Ainda, deverá haver reivindicações e acesso às políticas públicas setoriais afins a sustentabilidade socioambiental: ATER de base agroecológica; mercados curtos via PAA, PNAE; feiras livres agroecológicas e etc. O estudo apontou que a transição é factível, viável e estrategicamente se inicia pelas dimensões subjetivas resultantes de momentos coletivos de análises e reflexões provocados pelas organizações sociais rurais, em seguida, começam as mudanças objetivas nas unidades de produção familiar. A utilização dos fundamentos da agroecologia na agricultura familiar poderá alterar as sociabilidades e conseqüentemente proporcionar relações sociais mais respeitadas que priorizem a preservação dos ecossistemas e valorizarem as expressões culturais, sociais, ambientais, políticas e econômicas. O percurso metodológico utilizado apoiou-se na abordagem qualitativa e fundamenta-se nos princípios da revisão sistemática de literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Mudança de paradigma; Organização coletiva; Sustentabilidade; Transição agroecológica.

1 INTRODUÇÃO

A ciência agroecológica tem alcançado significativo destaque na atualidade, seja pelas evidências de sua viabilidade social, ambiental, cultural, político e econômica perante modelos tradicionais de desenvolvimento afins aos ideais do liberalismo econômico. A transição para essa nova ciência é plenamente viável e factível em vários segmentos da sociedade, inclusive na agricultura familiar, proporcionando sustentabilidade nos agroecossistemas sob influência dos princípios agroecológicos. Os esforços pela busca da sustentabilidade “devem abranger as necessidades sociais, ambientais e econômicas, [...] denominado como o Tripé da sustentabilidade” (LUDWIG; et al, 2021, p.3).

A partir da atitude crítica de seguimentos da sociedade contemporânea, ao constatar danos sociais e ambientais gerados pela modernização conservadora da agricultura brasileira que visa prioritariamente ao desenvolvimento econômico, a transição agroecológica ganha destaque e torna-se objeto de reflexões nos meios acadêmicos e em vários ambientes institucionais que executam Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o público da agricultura familiar. Os esforços se justificam pela necessidade de novos enfoques sistêmicos para obtenção de agroecossistemas mais sustentáveis.

A partir dos diferentes níveis de complexidade presente nas experiências do campo agroecológico, essa nova ciência, a agroecologia, propõe elementos para reflexões e apresenta etapas à transição agroecológica. Sobre esse novo campo do conhecimento Altieri (2008, p.32), resume enquanto sendo uma “[...] ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, [...], para o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade”. Nesse sentido, percebemos que os princípios agroecológicos podem subsidiar movimentos para transição das relações produtivas entre os indivíduos, os quais tenderão a estabelecer práxis mais sustentável com abordagens focadas na sustentabilidade dos ecossistemas (ALTIERI, 2008).

Transição agroecológica se refere a um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. Entretanto, por se tratar de um processo social, a transição agroecológica implica não somente numa maior racionalização econômico-produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais, o que não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A, 2004, p. 57)

A Agroecologia enquanto ciência em construção, apresenta capacidades para contribuir no enfrentamento da crise socioambiental da atualidade. Ela se apoia na integração dos diferentes tipos de conhecimentos, sejam filosóficos, senso comum, religioso e científico. Nesse sentido, esse novo paradigma científico valoriza as distintas formas e tipos de conhecimento, admitindo um inter-relacionamento dos saberes na construção horizontal de novos conhecimentos, que, por estarem embasados na interdisciplinaridade, passam a compreender os

ecossistemas e a interagir nos agroecossistemas, sob o viés da sustentabilidade (ALTIERI, 2008; GLIESSMAN, 2000).

Sob a influência da nova ciência Agroecológica, este campo do conhecimento científico parte de estudos dos sistemas de produção agrícola atual, resultante de modelos tradicionais que causam progressivas degradações frente a enfoques mais sustentáveis. Diante destas constatações, essa jovem ciência aponta novos enfoques de conhecimentos que justifiquem a transição para novas abordagens científicas agroecológicas. No Brasil, a agroecologia ganhou maior aporte de referenciais teóricos e conceituais, a partir da década de 90 do século passado. Esse acúmulo de conhecimento proporcionou, em primeiro momento, abordagens significativas nas organizações da sociedade civil que trabalhavam com agricultura alternativa, posteriormente, passou a influenciar as organizações públicas responsáveis pelas realizações da política pública de ATER (ALTIERE, 1989).

O tema agroecologia foi evoluindo de um conjunto isolado, para um conjunto articulado de experiências produtivas (Rede PTA) na década de 1990 e passa a ser incorporado progressivamente por organizações de trabalhadores, movimentos sociais rurais e instituições estatais (LUZZI, 2007, p. 3).

No Brasil os principais precursores do advento desse novo campo do conhecimento que traz a expectativa de uma nova agricultura que faz bem aos homens, ao meio ambiente foram Caporal e Costabeber. Para esses pesquisadores, as agroecologias contem “[...] conhecimentos que proporcionam as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.14). Ainda, a agroecologia não pode ser confundida com agricultura orgânica ou sem veneno, pois, essas não incorporam todas as dimensões da sustentabilidade que vão para além das abordagens econômicas e sociais, devendo considerar as variáveis culturais, ecológicas, éticas e políticas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

O conhecimento Agroecológico se constitui em movimentos articulados a partir das formulações já existentes nas ciências naturais e sociais e nos conhecimentos populares. Nesse sentido, a Agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém princípios teóricos e metodológicos capazes de elaborar desenhos e manejos de agroecossistemas sustentáveis, garantindo dessa forma, a preservação da biodiversidade dos recursos naturais e humanos existentes nas relações ecológicas. O conhecimento popular ou tradicional constitui-se como fonte essencial e imprescindível para a ciência Agroecologia (EMBRAPA, 2006). Sobre o marco referencial da Agroecologia, seguem algumas definições:

A Agroecologia é considerada como ciência emergente, orientada por uma nova base epistemológica e metodológica. A Agroecologia é considerada como campo de conhecimento transdisciplinar, que recebe as influências das ciências sociais, agrárias e naturais, em especial da Ecologia Aplicada. A Agroecologia tem base na relação sinérgica entre a evolução do conhecimento científico e do saber popular e a sua necessária integração (EMBRAPA, 2006, p. 25 -26).

A expressão agricultura familiar passa a ser utilizada no Brasil no final do século XX, sobretudo, a partir de reflexos dos movimentos sociais populares do meio rural do campo (Associações rurais; Ligas camponesas; Movimentos dos Sem Terras e etc.), as aspirações e lutas desses movimentos sociais foram agrupadas em instância formal legal através da Confederação Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura (CONTAG). No mesmo sentido, o Estado brasileiro instituiu a agricultura familiar enquanto seguimento social destinatária das políticas públicas setoriais para o meio rural. Logo, a expressão agricultura familiar surge enquanto agrupamento dos camponeses que reivindicam políticas públicas setoriais que contemplem as especificidades da questão agrária brasileira, enfrentando a lógica histórica colonial do latifúndio para garantir acesso e permanência na terra através da reforma agrária com crédito rural público (PRONAF) e assistência técnica e extensão rural direcionada para os camponeses (LIMA; FIGUEIREDO, 2006).

Para Schneider (2002, p.99), se comparado a países desenvolvidos o termo agricultura familiar surge tardiamente no Brasil, sendo popularizado nos anos de 1990 e dois eventos foram significativos para sua ampla utilização, os eventos foram: “a) a efervescência dos movimentos sociais do campo; b) a criação do PRONAF”. Diante desse novo cenário se passou a observar as mudanças em curso no meio rural que proporcionou redefinições dos espaços rurais para acomodar as pluriatividades existentes. Sobre pluriatividades segue concepção deste autor:

Pode se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam, no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinando-se com a atividade agrícola. [...] a pluriatividade se tornou uma das estratégias de sobrevivência. Assim, a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo (SCHNEIDER, 2003, p.112).

Para Navarro (2010, p.189), diferente do Brasil, a expressão agricultura familiar norte-americanas teve repercussões históricas desde sua colonização. Os novos habitantes desse espaço passaram a serem identificados como “farmers”, passando de colonos para produtores familiares. Dessa forma, foram lançadas as bases produtivas com estímulos governamentais para a integração dos mercados internos com participação ativa das iniciativas familiares nesses mercados.

[...] A afirmação social e principalmente econômica deste grupo de produtores, contudo, se daria somente no final do século XIX e, em especial, a partir dos anos 1930, com a crescente capacidade governamental de estimular um forte processo de transformação da base produtiva que acabou consagrando o ideário da agricultura

moderna, sobretudo depois de 1940. Uma vez que o processo de colonização norte-americano consagrou as formas de produção sob gestão familiar [...] (NAVARO, 2010, p.190).

Para muitos pesquisadores, a expressão agricultura familiar, contém intencionalidade de silenciar a categoria social camponesa. Sobre isso Lima e Figueiredo (2006, p.59), indicam que o uso do termo agricultor familiar no lugar de camponês poderá ter sido uma manobra utilizada “em um momento de transição política, uma vez que o camponês é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que através dos anos resistiram e resistem a dominação”. Já para Carneiro (1999, p.329), “agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção em que trabalho e terra estão intimamente relacionados”. Nessa perspectiva, a compreensão histórica do conceito de agricultura familiar se constitui enquanto categoria analítica fundamental para decifrar sua importância para o desenvolvimento da nova ruralidade brasileira. E ainda:

O conceito de agricultura familiar não é único, antes pelo contrário, se constitui de forma não estática, se modificando, se transformando com o passar dos anos sob às dinâmicas do ambiente em que está inserida [...], as expressões da agricultura familiar se constituem em elementos criteriosos de identificação dos sujeitos analisados e de seus territórios, seu contexto social, econômico e cultural [...], a amplitude da percepção é uma condição necessária para compreensão de que a agricultura familiar abrange distintos segmentos que se diferenciam tanto em termos de organização socioeconômica como nas características advindas da dispersão espacial (FOSSÁ; RENK, 2021, p.5)

A agricultura familiar proporciona, para uns, a possibilidade de permanências dos trabalhadores rurais no campo conduzindo agroecossistemas sob enfoques do tecnicismo advindo da modernidade, porém degradando o meio ambiente, pois, ainda que de forma precária alguns buscam a modernização tecnológica herdada da revolução verde com técnicas e cultivo de monoculturas preconizadas pelo do agronegócio globalizado (IANNI, 2002). Em sentido contrário, há na agricultura familiar possibilidade reais de resistência à lógica hegemônica de produzir degradando os ecossistemas e recursos naturais finitos. Há na agricultura familiar possibilidades da continuidade dos trabalhadores camponeses no campo conduzindo agroecossistemas sustentáveis sob influência dos fundamentos da nova ciência agroecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

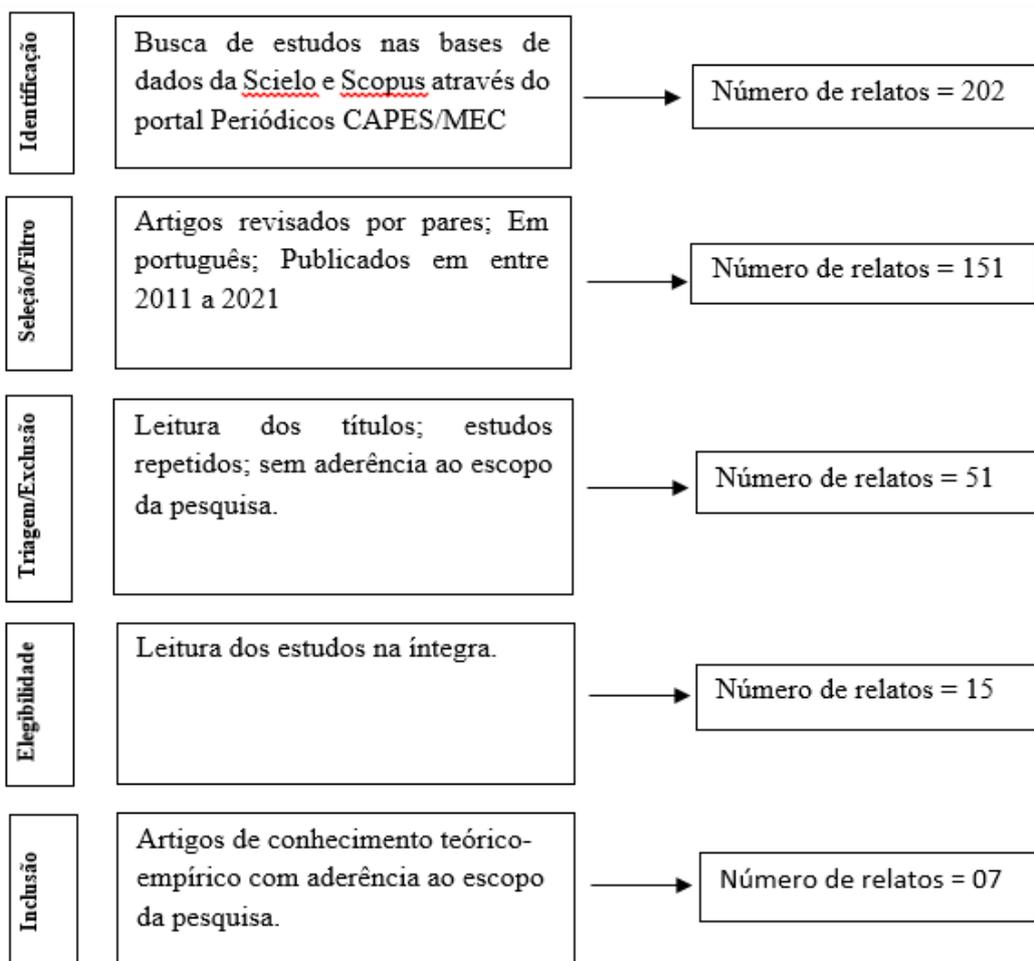
2 MATERIAIS E MÉTODOS

O percurso metodológico utilizado nesta pesquisa, fundamenta-se em revisão sistemática de literatura realizada nos meses de agosto e setembro de 2021 e visa compreender os fatores que influenciaram a transição agroecológica no seguimento da agricultura familiar. Nesse sentido, para realizarmos a presente revisão estabelecemos a seguinte pergunta norteadora: Quais os principais fatores que influenciaram a transição agroecológica na agricultura familiar? Para obtenção dos dados secundários, acessamos os artigos nas bases de dados Scielo, Scopus por meios eletrônicos através do portal Periódicos CAPES/MEC. Utilizamos as

seguintes combinações através dos termos indexadores: “Transição agroecológica”; “Agroecological transition”; “Agricultura familiar”; “Family farming”, interligados pelo conectivo AND.

A fase inicial da pesquisa identificou 202 artigos. Em seguida, utilizamos filtros para seleção de artigos publicadas entre 2011 e 2021, com produções em português e revisadas por pares. Após a aplicação dos filtros restaram 51 artigos. Diante desses artigos, realizamos a leitura dos títulos e resumos, nesta etapa foram excluídas 35 produções que não apresentavam aderência ao objetivo desta pesquisa, sendo também retiradas as produções repetidas e artigos de revisão sistemática e integrativa. Na fase seguinte, foram lidos integralmente todos os 15 artigos remanescentes, com vista a verificar e analisar os objetivos propostos para este estudo através da pergunta norteadora.

O percurso exploratório inicial desta revisão sistemática conclui com apenas 07 artigos que apresentam plena aderência ao escopo da pesquisa e proporcionará maior aprofundamento analítico para o estudo proposto.



Seguem os dados sistematizados dos sete (07) artigos analisados decorrentes da revisão sistemática:

| Autor - Ano Município – UF | Fatores subjetivos e Objetivos para transição | Ações objetivas Para transição | Variáveis importante Para transição |
|--|--|--|---|
| FINATTO; SALAMONI, 2008 Pelotas/RS | Constituição da Cooperativa Sul-Ecológica e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, entre outras Organizações Não Governamentais e cooperativas para a sistematização da produção e comercialização dos produtos. | Fortalecimento da Rede de comercialização organizada pela cooperativa: Feira Livre; Ponto de venda na Cooperativa; Programa Aquisição de Alimentos - PAA. | A agroecologia apresenta possibilidades de desenvolvimento, desde que sejam efetuadas ações conjuntas entre agricultores, cooperativas/associações e a comunidade em geral. Cabe, de imediato, ao poder público garantir maiores incentivos a estes agricultores e democratizar as linhas de crédito para que facilite o acesso dos agricultores às mesmas, criando condições para que os princípios da produção agroecológica possam ser adotados pelo segmento da agricultura familiar. |
| GIRARDELLO; et al, 2017 Alpestre /RS | Utilização da prática da adubação verde e a produção de massa verde de leguminosas e gramíneas, bem como de seus consórcios em sistema de plantio direto na produção de massa fresca e na altura da cultura da alface. | As adubações verdes avaliadas neste estudo evidenciaram aspectos positivos resultantes do uso desta prática associada ao sistema de plantio direto na produção de massa fresca e na altura da cultura da alface. Percebe-se o grande potencial de contribuição à cultura da alface das práticas de adubação verde e do sistema de plantio direto em sistemas de manejo em transição agroecológica. | Utilização da adubação verde foi fundamental para a consolidação de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas e dos sistemas de produção em transição agroecológica, especialmente voltadas à agricultura familiar. A maior produção de massa verde é obtida quando se utilizam plantas de adubação verde em relação ao pousio, em sistema de transição agroecológica. A maior produção de massa fresca da cultura da alface em plantio direto ocorre sobre o consórcio aveia preta + ervilhaca, em relação ao pousio. A maior altura das plantas de alface é obtida quando se utiliza adubação verde com ervilhaca comum, aveia preta + ervilhaca e aveia preta + tremoço, em relação ao pousio. |
| LALUCE, 2018 Itapura, SP | Busca por alternativas de produção com pouca água; Fazer economia, utilizando insumos internos, passando a usar caldas e compostagem; Melhorar a saúde produzindo sem o uso de pesticidas, não contaminando o solo e evitando a auto intoxicação; Resgatar a autonomia, principalmente das sementes crioulas; Proporcionar melhor saúde aos animais, com uso de tratamentos alternativos como exemplo | As famílias do assentamento Cachoeira vêm adotando práticas alternativas para substituição de insumos químicos para conseguirem melhorar a qualidade do alimento produzido e proporcionar saúde animal; adotando práticas mais apropriadas aos sistemas de produção de base ecológica como plantio direto e cultivo mínimo que melhoram o ambiente e diminuem os custos de produção. | Falta de infraestrutura, pressões externas do monocultivo da cana-de-açúcar, falta de assistência técnica, falta de informação sobre o processo de transição e medo da mudança. Apesar de haver as condições ideais para transição e não atendendo os pré-requisitos entendidos como necessários para o processo de transição agroecológica, as famílias têm buscado construir com base na sua realidade e com seus recursos, novas estratégias para construção de um processo de mudança para alcançar autonomia, melhoria do ambiente e da qualidade de vida. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | uso de preparados a base de Nim. | | |
| LIMA; VARGAS, 2015 Santa Cruz da Baixa Verde /PE | Fortalecer a organização social através da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde) para transição agroecológica. A transição requer um saber próprio relacionado com a agricultura sustentável e todo um procedimento de implementação de um processo produtivo em novas bases teórico-metodológicas, | <p>Maior envolvimento e participação dos agricultores familiares na Adessu Baixa Verde.</p> <p>Maior apropriação do saber atrelado ao manejo agroecológico, a Adessu Baixa Verde apoia-se também numa forte motivação por parte dos agricultores familiares do município para realizar a transição agroecológica e praticar formas de agriculturas mais sustentáveis, motivação esta que pode estar associada às mais variadas questões, como o desejo de manter a propriedade livre de produtos químicos e de insumos externos ou até a busca de maiores rendimentos econômicos.</p> | É possível constatar, também, a importância decisiva do papel da Adessu Baixa Verde junto aos agricultores familiares do município, sem a qual, os agricultores dificilmente poderiam viabilizar a sua produção com base na Agroecologia. Ao mesmo tempo, observa-se que o associativismo agrícola, como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, necessita de relevante apoio, tanto interno como externo, das diversas organizações e instituições voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. |
| SILVA; et al, 2020 Itapuranga / Goiás | Instituir a auto-gestão através de cooperativas Os agricultores familiares buscaram gerar seus empreendimentos, se inserindo nos sistemas mercadológicos convencionais, trabalhando com a autogestão, a agroecologia e a ajuda mútua. Buscaram a organização dentro da cooperativa e como a transição agroecológica como condição para melhorar a qualidade de vida e maior competitividade no mercado consumidor. | O sucesso dos agricultores que fizeram a transição do sistema de produção convencional vis-à-vis agroecológico resultou, sobretudo, em maiores ganhos econômicos. Em parte, provenientes do recebimento de insumos e assistência técnica da cooperativa. Os produtores que possuíam mais recursos financeiros, mão de obra qualificada, consciência social e ambiental foram os que conseguiram maior agregação de valor ao produto final. | Considerando que registros da Cooperativa mostravam que 76% dos agricultores inicialmente envolvidos com o projeto de agroecologia não deram prosseguimento, era necessário caracterizar a trajetória dessa agricultura familiar que, de alguma forma, não se adaptou às práticas agroecológicas repassadas aos agricultores. Para tanto, os custos (já existentes no projeto) de lavouras agroecológicas e convencionais foram confrontados para compreender se esse fator foi determinante no processo. |
| VALENT, 2017 Boqueirão do Leão / Rio Grande do Sul | Fortalecimento organizativo em Cooperativa, esses, se preocuparam sobretudo com o desenvolvimento econômico e social, tendo em vista que os cooperados eram pequenos agricultores. Por meio de reforço participativo e de apoio municipal, eles | <p>Durante as reuniões foram trabalhadas as seguintes temáticas:</p> <p>Compartilhamento de informações sobre a produção orgânica;</p> <p>Futuro melhor e com absorção de conhecimento;</p> <p>Conhecimento é o caminho para o futuro melhor;</p> <p>Planejar para plantar só verdura orgânica;</p> | Alguns agricultores demonstraram desestímulo. Relatou-se que a falta de apoio do governo municipal e o fato de propriedades adjacentes usarem agrotóxicos prejudicam o processo transitório. Mesmo assim, eles relataram ter consciência de que devem ajudar uns aos outros e que toda a mudança é lenta. Apesar de algumas insatisfações, os cooperados admitem que essa transição é a melhor solução para alcançar os |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | <p>promoveram esforços visando a transição desses produtores agrícolas.</p> | <p>Intercâmbios com gente visitando as propriedades para saber como é a produção orgânica e a família fica satisfeita, pois passa conhecimento para outras pessoas. O começo não é fácil, mas tem que buscar conhecimento; Fazer com carinho, se fizer errado tem que consertar, pois é assim que se aprende.</p> | <p>objetivos de cada um e, conseqüentemente, da Cooperativa</p> |
| <p>WOJCIECHOWSKI; et al, 2020 Ubatuba e Cunha – SP</p> | <p>Estabelecer governança para transição Estabelecimento do Plano Setorial de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, elaborado com a participação de agricultores, representantes da sociedade civil organizada e instituições atuantes no apoio ao setor agrícola do município, dentro de um processo mais amplo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Ubatuba. A estratégia de elaboração do Plano Setorial como anexo ao Plano Diretor Participativo Municipal foi construída durante dois anos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Ubatuba (CMDRP). O Conselho foi instaurado no município em 1999 e foi ampliado em 2001, de forma a incluir a representação Regional da Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (APTA), pelo lado governamental, e representação das populações tradicionais indígenas e quilombolas pelo lado da sociedade civil</p> | <p>Fortalecimento da Rede e dos circuitos curtos de compras públicas e vendas diretas Formação do OCS (*) 2011 – OCS APAC 2016 – OCS BioCunha 2009 - OCS Ubatumirim 2013 –OCS Agroecologia Ubatuba 2016 – OCS Ubatuba Agroecologia Principais canais de vendas Forte atuação no PNAE; Feira local; CSA; Disque-roça; Entrega direta; Rede Agroecológica Caiçara; Feira Espaço Saudável; Grupo Virtual de WhatsApp; Feira Semente Crioula; Feira Solidária da Praça.</p> | <p>Conflitos entre OCS fragmentam o movimento perante os atores institucionais. O PNAE era um "ponto de encontro" entre as institucionalidades formais e membros produtores da rede. Atualmente a desarticulação com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural enfraquece a capacidade de articulação.</p> |

*OCS - Organismo de Controle Social: É uma forma de organização entre agricultores familiares que permite a venda direta de produtos orgânicos ao consumidor.

3 DISCUSSÕES

Sobre a transição agroecológica Gliessman (2000), considera que as atividades agrícolas convencionais são as principais áreas para se iniciar a mudanças para os sistemas mais sustentáveis. Ele ainda aponta três níveis fundamentais de interferência nos agroecossistemas tradicionais para que se alcance sistemas mais sustentabilidade. São eles:

- a) O incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de inputs caros, escassos e daninhos ao meio ambiente [...]; b) A substituição de inputs e práticas convencionais com práticas alternativas [...]; c) O redesenho do agroecossistema para que funcione em base a um novo conjunto de processos ecológicos (GLIESSMAN, 2000, p.42).

Percebemos que as mudanças objetivas nos agroecossistemas, indicados no parágrafo acima, são precedidas da dimensão subjetivas que determinam as possíveis mudanças de paradigma. Esses processos de modificações de paradigmas derivam da complexidade que inicialmente passa pela compreensão, avaliação e aceitação destes novos conceitos, valores e prioridades. A partir desse momento, poderá surgir movimentos de mudança paradigmáticas.

Os procedimentos acima citados são etapas necessárias para garantir que as subjetividades sejam devidamente vivenciadas por todos os indivíduos envolvidos na possível mudança de paradigma para ocorrência do desenvolvimento sustentável. Logo, as vivências e experiências dessa etapa subjetivas podem reverberar em ações objetivas dando início as mudanças concretas por meio de interações mais ecológicas e sustentáveis nos agroecossistemas em exercício mútuo.

A opções pela transição agroecológica se dará na dimensão subjetiva e ocorrerá por meio do convencimento pleno dos sujeitos envolvidos pela viabilidade da transição agroecológica que proporcionará sustentabilidade nos agroecossistemas envolvidos. As compreensões das novas formas, possibilidades e caminhos para transição agroecológica requerem descontinuidade de valores, conhecimentos e interesse meramente economicistas. A partir da opção pela transição pactuada, se inicia articulações políticas para operacionalizar as mudanças na condução dos manejos dos agroecossistemas, surgindo novas relações de sociabilidades com outras formas e valores construídos pela coletividade (SCHMITT, 2013).

Nos estudos base dessa pesquisa, procedentes da revisão sistemática, ficaram evidentes nos escritos de Finatto e Salamoni (2008), Lima e Vargas (2015), Silva (2020), Valent (2017) e Wojciechowski (2020) que o fortalecimento e participação ativa da sociedade civil instituídas por meio dos conselhos municipais, associações e cooperativas rurais tem sido uma importante estratégia utilizada pelas organizações sociais dos agricultores familiares para iniciarem os diálogos subjetivos e as consequentes e ações práticas necessárias para início da transição agroecológica.

Os conselhos municipais, associações e cooperativas são estruturas organizacionais autônomas que possuem expertises políticas e competência administrativas e têm se destacado no Brasil, primeiramente para fortalecer seus representados frentes às exigências da grande competitividade das economias

globais. Neste mesmo sentido, essas formas de organização coletiva têm impactado positivamente para ampliação das reflexões sobre as consequências dos modelos de desenvolvimento moderno que vem degradando os ecossistemas e extinguindo vários recursos naturais, esses vitais para o equilíbrio da ecologia. Diante desse cenário caótico se apresenta a possibilidade da transição agroecológica enquanto alternativa para uma agricultura familiar imprimindo esforços pela sustentabilidade em seus territórios (LIMA; VARGAS, 2015).

O associativismo no Brasil não é recente, porém cresceu expressivamente nas últimas décadas e vem atendendo necessidades específicas dos trabalhadores camponeses. As associações legalmente constituídas cumprem a representatividade jurídica, algo necessário para garantir condições de acesso a políticas públicas comunitárias por meio de serviços de instituições públicas que priorizam mediações coletivas nas comunidades rurais. Os órgãos estatais e paraestatais geralmente dispõem de projetos produtivos socioambientais sustentáveis com apoio e financiamentos públicos e destinam-se a atender demandas coletivas e o associativismo comunitário rural e condição essencial para implementação dessas ações (SABOURIN, 2009).

As associações rurais de camponeses têm animado os processos para participação ativa e democrática na agricultura familiar. As governanças democráticas nesses espaços de participação plural possibilitam o direcionamento das transformações necessárias para a transição agroecológica. No associativismo, a gestão democrática do poder coletivo impacta sobre as políticas públicas desde sua elaboração, implementação e controle social. Nesse sentido, as intervenções necessárias para transição agroecológicas requerem mudanças e ajustes nos manejos dos agroecossistemas, e esses roteiros são discutidos coletivamente e realizados a partir da compreensão e aceitação de todos.

O associativismo cooperativista busca soluções com o envolvimento de todos a partir de decisões coletivas. Os ideais e concepções desse tipo de cooperativismo surgiram enquanto alternativa ao liberalismo econômico que prioriza as grandes corporações que geralmente são predadoras das experiências coletivas e solidárias. Os esforços na busca do bem comum entre os agricultores familiares têm proporcionado as condições necessárias para atuar coletivamente nos mercados curtos. Rech (2000) indica que o associativismo cooperativista possibilita que os agricultores familiares acessem políticas públicas de comercialização o PAA e PNAE (FINATTO; SALAMONI, 2008).

Uma das estratégias utilizadas para transição agroecológica foi o estímulo a organização coletiva para disponibilizar a produção por meio dos mercados curtos. Para isso, estimulam a criação de Organismos de Controle Social (OCS), algo que garante os mercados agroecológicos e tem promovido a organização político coletiva entre agricultores familiares. Esses procedimentos permite a venda direta de produtos orgânicos aos consumidores finais, ainda, essa estratégia tem evitado que as grandes corporações de varejo causem desequilíbrio nos preços e consumo das potencialidades locais (WOJCIECHOWSKI; et al, 2020).

4 CONCLUSÕES

A partir do entendimento da Agroecologia enquanto uma ciência ou disciplina científica que contém vários princípios e metodologias para compreender, analisar e conduzir os agroecossistemas rumo a sustentabilidade. Logo, intuímos que os conhecimentos agroecológicos contem possibilidades viáveis e factíveis para realizar da passagem do modelo produtivista liberal da agricultura moderna, cuja maior expressão e a busca por resultado financeiro. Para isso, buscam a maximização da produção com uso de monoculturas, venenos, alta mecanização tecnológica e etc., porém causam degradação ambiental, esgotamento de recursos naturais, exclusão social e marginalização e diversas outras expressões da questão social.

Os processos de transição agroecológica observados, neste estudo, apontaram a implementação de estilos de agriculturas com outros princípios e redesenho, sobretudo os novos processos sociais que foram incorporados para a produção e comercialização da produção agrícola. Esses, observando não apenas a dimensão econômica mais incorporando a dimensão social e ambiental que compõem o tripé da substancialidade. Observou-se que as mediações realizadas para transição nos casos em análise, adotaram novas atitudes e valores que preservam e/ou conservam manejos mais sustentáveis dos recursos naturais. Nesse sentido, os movimentos para transição agroecológica das relações produtivas resultaram da dimensão subjetiva com maior disposição para se estabelecer práxis visando maior equilíbrio nos agroecossistemas conduzidos pelos agricultores familiares.

A extensão rural agroecológica foi apontada como política públicas essencial para a transição. Pois a mesma nos casos analisados, está influenciando positivamente para a passagem do modelo moderno globalizado ao ecológico através de mediações educativas e transformadoras que promovam abordagens focadas na sustentabilidade. Ainda, intuímos que a extensão rural fundamentada nos princípios agroecológicos poderá promover sociabilidades mais equitativa, justas e igualitárias, buscando soluções mais adequadas aos manejos considerando as condições específicas de cada ecossistema. Esses processos interventivos de caráter transformador poderão impactar positivamente nas práticas socioambientais.

A agricultura familiar tem a opção de permanecer conduzindo seus agroecossistemas de forma moderna, porém, degradando o meio ambiente e agravando a vulnerabilidade social no meio rural, seja pelas de forma precária da modernização tecnológica herdada da revolução verde, como uso de venenos nas monoculturas estabelecidas pelo ideário liberal economicista e pela utilização não sustentável dos recursos naturais. Em sentido contrário, há na agricultura familiar camponesa a real possibilidade da mudança para a agroecologia enquanto possibilidade realizável de resistência à lógica liberal de produção. Para isso, os trabalhadores camponeses têm buscado na organização coletiva estratégias eficientes para optarem pela mudança de suas práticas e sociabilidades nas unidades de produção, passando a produzir de forma sustentável sob influência das agriculturas de base ecológica.

A transição agroecológica na agricultura familiar é factível e viável e está proporcionando maior equilíbrio nos agroecossistemas ainda preservados e tem potencialidades para reverter outros já degradados. Sobre essa premissa, as

organizações sociais rurais da agricultura familiar têm utilizado com estratégia, em seus espaços coletivos, a dimensão subjetiva enquanto vetor de análise e reflexão sobre o insustentabilidade da agricultura moderna derivada da revolução verde e tem feito esforços para refletir sobre a possibilidade de uma agricultura familiar sustentável a partir dos fundamentos da ciência agroecológica. A transição poderá alterar as sociabilidades e conseqüentemente surgir relações sociais mais respeitadas que priorizem a preservação dos ecossistemas e valorizarem as expressões ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas.

Agroecology and sustainable family farming: routes and strategies for transition

ABSTRACT

This study aims to identify and analyze the paths and strategies adopted by peasant workers to carry out the agroecological transition in family farming. Thus, the aim here is to understand, albeit briefly, the relevance of cooperative associations adopted by family farmers as an organizational strategy to socialize ecologically-based production possibilities based on the fundamentals of agroecological science. The transition will result from the understanding and acceptance of this new paradigm of sustainable development with collective actions based on new values, principles and practices. Still, there should be claims and access to sectorial public policies related to socio-environmental sustainability: ATER based on agroecology; short markets via PAA, PNAE; free agroecological fairs and so on. The study pointed out that the transition is feasible, viable and strategically starts with the subjective dimensions resulting from collective moments of analysis and reflection provoked by rural social organizations, then the objective changes in the family production units begin. The use of the fundamentals of agroecology in family farming can change sociability and consequently provide more respectful social relations that prioritize the preservation of ecosystems and value cultural, social, environmental, political and economic expressions. The methodological path used was based on the qualitative approach and is based on the principles of systematic literature review.

KEYWORDS: Family farming; Paradigm change; Collective organization; Sustainability; Agroecological transition.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

_____. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./maio 2002.

Disponível em:

http://www.agraer.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2015/05/Enfoque_Cientifico_e_Estrategido_ADRS.pdf. Acesso em 18 set. 2021.

_____. Agroecologia e extensão rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: IICA, 2004. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf. Acesso em 12 set. 2021.

_____. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul.

Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.4, p.10-15, out./dez. 2002

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325- 344.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Marco referencial em agroecologia. Brasília- DF, 2006. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/107364/marco-referencial-em-agroecologia>. Acessado em: 15 out. 2021

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de pelotas-RS. Revista Sociedade & Natureza. Vol. 20, No. 2 (2008). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/yCdXxm7tx6BgCm3vCQgMYGv/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. A. Geografia do poder: qual o lugar da agricultura familiar no organograma do estado brasileiro? Revista Brasileira de Planejamento e

Desenvolvimento. Curitiba, v. 10, n. 03, p. 438-455, set./dez. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Gildo%20Ribeiro/Downloads/11942-57050-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

GIRARDELLO, Rudinei; et al. Produção de alface sob plantio direto em sistema de transição agroecológica. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Vol. 12, No. 2 (2017) . Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/4827>. Acesso em: 29 set. 2021.

GLIESSMAN, Stephen. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade. UFRGS, 2000.

IANNI, Octavio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LALUCE, Cícero Rogério Henrique. Motivações e limitações na construção de um processo de transição agroecológica no assentamento Cachoeira no município de Itapura, São Paulo. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Vol. 13, No. 2 (2018). Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/4955>. Acesso em: 29 set. 2021.

LIMA, Filipe Augusto Xavier; VARGAS, Letícia Paludo. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. Revista Ceres. Vol. 62, No. 2 (2015). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcceres/a/RzYYt8JQbJ4RF8hbSM9XJlL/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (Org.). Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

LUDWIG, C.; PERONDI, M. A.; MARINI, M. J.; SILVA, C. L. Desenvolvimento local e sustentável por meio das iniciativas de gestão de resíduos sólidos no município de Pato Branco –PR. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba, v. 10, n. 02, p. 197-213, mai./ago. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Gildo%20Ribeiro/Downloads/12490-56561-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese doutorado CPDA - UFRRJ, 2007.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; FILHO, Eustáquio Ribeiro Vieira; NAVARRO, Zander. (Org.). A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília – DF: IPEA, 2010.

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 192p.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 327p.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. 2ªed. São Paulo: Expressão popular, 2013. 328.p.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Rev. Brasileira de Ciências Sociais. Vol.18 Nº. 51. São Paulo. Fevereiro, 2003.

SILVA, Fernanda Pereira da; et al. Transição agroecológica em cooperativa de agricultores familiares de Itapuranga, Goiás. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Vol. 15 No. 3 (2020) . Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/7773.m>. Acesso em: 29 set. 2021.

VALENT, Joice Zagna. As percepções de agricultores familiares sobre transição agroecológica em uma cooperativa agropecuária no Rio Grande do Sul. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Vol. 12, No. 2 (2017). Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/4186/4392>. Acesso em: 29 set. 2021.

WOJCIECHOWSKI, Maciej John; et al. Uma leitura territorial e escalar dos processos inovadores da transição agroecológica em dois municípios do Vale do Paraíba e do Litoral Norte de São Paulo, Brasil. Revista do Desenvolvimento Regional – REDES. Vol. 25, No. 1 (2020). Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/issue/view/607/showToc>. Acesso em: 29 set. 2021.

Recebido: 15 nov. 2022.

Aprovado: 20 dez. 2022.

DOI: 10.3895/rbpd.v12n1.15189

Como citar: SANTANA, G. R.; ANDRADE, H. M. L. S.; ANDRADE, L. P. Agroecologia e agricultura familiar sustentável: percursos e estratégias para transição. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 12, n. 01, p. 55-72, jan./abr. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Gildo Ribeiro Santana

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife - PE

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

